

## **MARXISMO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: DUAS ABORDAGENS (HARDT/ NEGRI E COX)**

*Daniel Simões Oliveira\**

**RESUMO:** O artigo propõe-se a discutir a influência do pensamento marxista nas chamadas “Relações Internacionais” através da análise das propostas de entendimento acerca dos conceitos de “Império” e “Imperialismo” na obra de Michael Hardt e Antonio Negri em contraposição à obra de Robert Cox. A discussão referente ao tema do “imperialismo” e do “Império” será também responsável por trazer à tona a polêmica pertinente ao papel desempenhado pelos Estados no mundo contemporâneo, apresentado de forma distinta nas duas obras estudadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ordem Mundial, Relações Internacionais, Marxismo, Imperialismo, Império

### **APRESENTAÇÃO**

O presente artigo tem por objetivo discutir a influência do pensamento marxista na teoria das chamadas “relações internacionais” a partir das propostas encontradas no trabalho de Robert Cox e da dupla Michael Hardt/Antonio Negri. A primeira delas, é um artigo escrito por Robert Cox, “Social Forces, States and World Orders”, fonte de um consistente resgate do materialismo histórico baseado principalmente na obra do italiano Antonio Gramsci. O autor dialoga explicitamente com a chamada teoria Neorealista, tecendo uma crítica não só aos procedimentos por esta adotados, mas principalmente a

---

\* Mestrando em Relações Internacionais (Programa San Tiago Dantas – Unicamp, Unesp e PUC-SP). Rua Aristides Lobo, 151, Cidade Universitária, Campinas – SP, F. (19) 3287-0475.

seus pressupostos fundamentais. O artigo de Cox também apresenta importante esforço no sentido de sistematizar conceitos para compreender as relações internacionais a partir de uma perspectiva ampla, compromissada com a superação de uma teoria direcionada apenas à resolução pontual de problemas, no sentido de contribuir para a construção de uma teoria crítica da história<sup>1</sup>.

A outra proposta analisada, “O Império” de Michael Hardt e Antonio Negri, é, por sua vez, uma ambiciosa tentativa de renovar a teoria marxista e atualizá-la no contexto da sociedade contemporânea entendida pelos autores como “pós-moderna”. “Império” aparenta em diversos momentos uma continuidade com a tradição marxista, mas o destaque, ao longo da obra, são as tentativas mal sucedidas de superar o marxismo clássico e atirar ao passado algumas de suas concepções fundamentais, como no caso da teoria do Imperialismo (a centralidade dos Estados na teoria de relações internacionais será um dos aspectos duramente criticados ao longo da obra).

Apesar das consideráveis diferenças entre as obras em questão, é possível traçar algumas linhas de convergência entre estas, na medida em que partem da influência comum do pensamento marxista sobre sua formulação. Primeiro, é necessário observar que, seguindo a perspectiva marxiana, ambos os autores tomam suas obras na perspectiva crítica, uma vez que exaltam a realidade como conflito e vislumbram a possibilidade e necessidade de sua superação. Tanto Hardt e Negri, quanto Cox apresentam, nesse sentido, uma perspectiva de transcendência da ordem vigente. Embora o façam de forma bastante distinta, essa posição otimista acerca da história é um importante fio condutor que nos permite evidenciar o papel crucial exercido pela teoria de Marx sobre os autores em questão.

Um segundo ponto de convergência, e que será tomado como central neste artigo, é a elaboração de uma teoria de relações internacionais baseada na concepção de “Império”. Ambos concebem as relações internacionais na contemporaneidade como resultado de uma estrutura derivada do capitalismo mundializado, uma estrutura que esta acima dos estados nacionais, sem

---

<sup>1</sup> Assumimos as obras de Marx como a influência fundamental da obra de Hardt e Negri e Robert Cox. Em Hardt e Negri, Marx aparece como ponto de partida e de confronto para a elaboração de um novo modelo teórico. Em Cox, Marx, e posteriormente Gramsci, fornecem o arcabouço analítico responsável pela leitura apresentada fornecida pelo autor.

necessariamente aboli-los e que tem nas organizações supranacionais um de seus principais representantes formais. Apesar das semelhanças, os dois autores apresentam algumas visões bastante divergentes sobre o “Império”, principalmente no que tange a sua condição de ruptura ou continuidade em relação ao Imperialismo clássico e as possibilidades de transformação que a situação imperial encerra.

As principais contribuições originadas no âmbito do marxismo ao tema das Relações Internacionais e o confronto de idéias ao redor da concepção de Império no artigo de Cox e no livro de Hardt e Negri serão, nesse sentido, os principais objetivos do presente trabalho. Finalmente, o ponto de convergência fundamental entre as duas obras estudadas é sua busca por aplicar, cada qual a seu modo, o materialismo histórico fonte de uma análise consistente e condizente com a realidade.

## **TRADIÇÃO MARXISTA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Dentre os autores clássicos, diversas concepções referentes à temática das Relações Internacionais foram constituídas, ainda que só tenham ganhado evidência teórica com a introdução da temática do imperialismo por Rosa Luxemburgo e Lênin.

Marx tratou da questão das relações internacionais, por exemplo, em “*O Manifesto Comunista*” onde apontava a Inglaterra como centro da economia mundial e espaço irradiador do modo-de-produção capitalista. Desse modo, analisava a emergência das forças do capitalismo (baseadas nas relações de trabalho assalariadas) como um processo de claras tendências expansionistas e que acabaria por se estender em escala mundial, difundindo tanto sua base técnica como suas formas políticas. Atentava também para a importância da corrida colonial no próprio desenvolvimento capitalista, além de explicitar uma divisão internacional do trabalho baseada na complementaridade exercida pelas colônias às economias centrais. Seu objeto, no entanto, foi preferencialmente a análise da coerência interna do modo-de-produção, principalmente em “*O Capital*”. Marx tratou, na maioria das vezes, de forma pouco explícita do tema do Imperialismo. No entanto, uma menção interessante às

questões internacionais pode ser encontrada, por exemplo, em um pequeno artigo de Marx para a “Gazeta Renana” em 1850, denominado “Deslocamento do Centro de Gravidade Mundial”, onde defende a idéia de que a economia dos EUA superou as potências européias e tende a transferir o núcleo econômico (O “centro de gravidade” nas palavras de Marx) para o Pacífico, numa previsão bastante razoável da obsolescência das potências européias em relação ao avanço liberal nos EUA.

É principalmente com Lênin, no entanto, que podemos falar em um tratamento explícito da questão da teoria internacional. Em seu famoso ensaio popular, “Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo”, Lênin discute as principais características de um momento em que o desenvolvimento das relações capitalistas atinge a condição dominante (não exclusiva) em uma escala global e instala em todo planeta uma relação vertical em que Estados aparecem em posição central ou periférica sendo hierarquicamente dispostos em função de seu poderio militar e econômico (Lênin, 1979). A centralidade no Sistema Internacional de Estados é dada em função de uma tendência à concentração do capital nas mãos dos grupos financeiros, normalmente sediados nas grandes potências. É também a partir das grandes potências que são lançados os processos de “exportação do Capital” (Lenin, 1979: 621) e que levam à superação da fórmula clássica colonialista de mera exportação de mercadorias. Chega inclusive em falar na “partilha do mundo entre associações capitalistas” (Idem: 625). Em síntese, a noção de que a produção capitalista se encontra cada vez mais difundida em escala global e favorece a um grupo restrito de países que ocupa posição central no tabuleiro Imperialista.

Outro importante teórico a tratar da questão é Antonio Gramsci (2002), preocupado com as relações entre o intra-nacional e o extra-nacional e observando a composição hierárquica de Estados que, segundo ele, se baseia em três medidas de força (extensão do território, forças econômicas e forças militares). É também em Gramsci que aparece uma noção muito utilizada nas relações internacionais: A idéia de que um Estado pode se colocar em situação de superioridade incontestável em relação aos outros, constituindo uma situação de hegemonia. É a partir deste pressuposto gramsciano e levando em conta as proposições da teoria do Imperialismo clássico que Robert Cox buscará tecer sua contribuição. Antes, entretanto, nos deteremos na proposição de Hardt e Negri e nas polêmicas por eles levantadas.

## **OS LIMITES DO IMPÉRIO**

O livro de M. Hardt e A. Negri, lançado em 2000 foi um dos mais recentes trabalhos a chamar a atenção do mundo acadêmico relacionado não só às Relações Internacionais, mas aos diversos campos das Ciências Sociais. Composto por um enorme volume de teorias acerca da ordem mundial contemporânea busca, na concepção de seus autores, uma atualização do pensamento marxista, tendo por base, principalmente, a noção de que sociedade atual superou a etapa moderna da história e vive hoje em uma “sociedade pós-moderna” (Hardt & Negri, 2001: 13).

A tese central contida em “O Império” é a de que vivemos hoje em uma ordem mundial diferente daquela encontrada no sistema imperialista, onde a expansão do capitalismo ganhava contornos claramente nacionais e a figura estatal tornava-se peça chave desse processo expansivo. Da mesma forma, a distribuição de poder não se assentaria mais na concentração do Capital nas mãos de um grupo cada vez mais restrito de empresas nem tampouco nas chamadas velhas potências Imperialistas (como pronunciara o ensaio de Lênin). Essa é uma das idéias que acompanham o desenrolar do raciocínio dos autores de “O Império” desde o primeiro capítulo, intitulado “Ordem Mundial”, no qual os mesmos descartam, logo de antemão, a concepção de que a atual ordem mundial seria “ditada por uma única potência e um centro de racionalidade transcendente para as forças globais (...) algo como uma teoria conspiratória da globalização” (Hardt & Negri, 2001: 21). Logo de início, temos também a recusa de uma concepção liberal de globalização, esta entendida como um produto espontâneo do “concerto harmonioso das forças do mercado Global”.

A atual Ordem Mundial, conforme Hardt e Negri (2001: 14) seria, portanto, uma organização, dentro do capitalismo, radicalmente diferente das configurações que a precederam. A idéia é que o Império não se confunde com Estados Nacionais, Organizações Supranacionais, nem tampouco empresas multinacionais, mas sim de que ele representa uma ordem resultante da globalização da economia Capitalista, uma ordem não oriunda da imposição de uma ou de várias potências Imperialistas, mas da consolidação do capitalismo como um modo-de-produção mundial. Nesse sentido, a ordem

do Império seria uma configuração de poder convenientemente capitalista, um novo paradigma, representado pela constituição de uma ordem jurídica e ética funcional aos imperativos da acumulação capitalista (Idem: 28). Com essa linha de argumentação, deixam claro sua intenção em recusar a concepção Hobbesiana de que a ordem mundial adviria de um “acordo contratual fundado na convergência de Estados” (Idem: 25), além da ordem compreendida por Locke, resultado da emergência de forças centrífugas ao funcionamento globalizado do planeta, ou contra-racionalidades, responsáveis pelo fortalecimento dos Estados-Nacionais. Pelo contrário, uma das idéias que permeia a totalidade da obra é a noção de que os Estados estariam enfraquecidos perante a ordem global e já não responderiam como agentes centrais no processo de acumulação capitalista.

Apesar do caráter eminentemente global de funcionamento do capitalismo ter sido percebido por inúmeros estudiosos do capitalismo, dentre eles o próprio Karl Marx, os autores da teoria do Império argumentam que não é mais possível comparar a atual ordem mundial com a ordem descrita no Imperialismo clássico (conforme a proposta de Lênin). Afirmam, que, apesar do fato do caráter global do capitalismo já estar embutido em seus primórdios, sua forma pretérita difere radicalmente do atual capitalismo mundializado. A atual Ordem global seria, segundo os autores, caracterizada por alguns processos de acumulação advindos das tenras eras do capitalismo, mas sua definição atual apresentaria uma ruptura radical com os padrões políticos do capitalismo original. O Império seria o resultado de um novo paradigma de poder, assentado em uma ordem hierárquica “invisível”, pairando acima dos Estados e Organizações transnacionais sem com estes se confundir, uma ordem que é, a um só tempo, “sistema e hierarquia”, “Governança sem Governo” (Idem: 31).

A constituição e a consolidação desse “Império” assentar-se-ia sobre um novo paradigma de poder, num conceito que os autores emprestam de Michel Foucault, a noção de que viveríamos hoje a “Sociedade do Controle”, um paradigma de poder diferente daquele encontrado na era do capitalismo industrial, a chamada “Sociedade Disciplinar”. A sociedade disciplinar, conforme explicam os próprios autores, seria caracterizada pelos grandes

meios disciplinares em massa, como presídios, escolas e hospitais psiquiátricos. A sociedade atual ou “sociedade do controle”, por sua vez, fundamentar-se-ia na imposição de uma ordem de poder não mais apoiada nos meios disciplinares massivos, mas na capacidade difusa de exercício poder, representada principalmente pelas tecnologias de informação. Nesse sentido, e na esfera Foucaultiana de pensamento, o poder surgiria como um resultado da ação sobre os corpos e sobre a consciência dos indivíduos. Ficam aqui evidentes os traços do método proposto por Foucault, chamado “genealogia do poder”, que compreende as relações de poder como parte constitutiva mais profunda das sociedades, capazes, inclusive, de transcender os meios à disposição das forças produtivas e o arranjo das relações de produção.

Partindo destas considerações Hardt e Negri buscam mostrar os fundamentos da existência do Império. Não é através da força, como garantiam seu poder as instituições modernas (na sociedade disciplinar), mas através da capacidade de constituir uma ordem ética própria, que se apresenta sempre como única, permanente, necessária e eterna, e se assenta no domínio da subjetividade e dos corpos, ou seja, na “multifocalidade” do poder. A partir desta ordem o Império se firma como uma máquina capaz de criar valores e de impor-se como ordem necessariamente verdadeira. Assim, utiliza-se minimamente da força, e mesmo quando o faz, é sempre a serviço da paz. O Império seria, nesse sentido, conformado muito mais pela sua capacidade de apresentar-se como um consenso, do que pela sua capacidade de utilizar a força. Essa proposta, aparentemente inovadora de compreensão da ordem mundial, é curiosamente, deveras semelhante a uma perspectiva bastante conhecida na tradição marxista: A proposta de Antonio Gramsci, que considera o poder como decorrência do duplo caráter do “centauro”, a capacidade de consenso complementada pelo eventual uso da força, sempre legitimada em favor da ordem. De qualquer forma, Hardt e Negri insistem na novidade do fenômeno do consenso como aspecto central do poder, da mesma forma que apontam as relações de poder como o cerne da análise social crítica. Desta forma, rompem, a nosso ver e ainda que de forma não declarada, com uma ampla tradição do marxismo científico, arraigada na concepção de que as relações de produção seriam o elemento crucial na estruturação das sociedades, e que destas relações adviriam as distintas manifestações de poder.

Ainda em torno do chamado paradigma das “relações de poder”, Hardt e Negri aprofundam suas considerações de forma bastante peculiar, e no mínimo polêmica. O poder do Império, advindo da sua capacidade de constituir uma ordem ética, uma subjetividade global, capaz de ordenar os corpos e as mentes dos indivíduos, é, conforme os autores, o fenômeno capaz de decretar o “fim do caráter nacional dos valores” (Idem: 36) e conseqüentemente o fim do Estado Nacional como agente fundamental do Sistema Internacional. Da mesma forma, sepultam o “Nacional” enquanto escala de análise e mesmo enquanto forma de resistência ao movimento do mercado global.

Um outro desdobramento curioso do atual paradigma de poder é a idéia da difusão do poder por todo o tecido social. O exercício do poder na atual sociedade do controle estaria, segundo os autores, cada vez mais se aproximando das “massas” de forma crescentemente individualizada, sendo esta “singularização” deste poder com o intuito de se apropriar da subjetividade dos indivíduos, um sinônimo de flexibilização e, o mais surpreendente de tudo, um caminho para uma crescente “democratização do poder”. Este raciocínio desenvolvido pelos autores é fundamental para compreender o esforço posterior, ainda no “Império”, em entender a dimensão produtiva da atual Ordem Mundial. É a partir desse mesmo raciocínio que os autores percorrerão uma das mais tortuosas linhas de raciocínio ao tentar compreender a reorganização produtiva toyotista como o equivalente, no tocante à produção, à transição para a aludida “sociedade do controle”.

Na mesma medida que desenvolvem suas teses em torno da noção de que vivemos uma mudança do paradigma de poder, Hardt e Negri parecem perceber seu distanciamento em relação aos pressupostos marxistas. É nesse momento que os autores tentam uma guinada de conseqüências catastróficas em direção ao que acreditam ser a verdadeira essência material da atual Ordem Mundial. Foucault, até então ideólogo principal da proposta do “Império”, passa a ser duramente atacado pelos autores por não ter atentado para o verdadeiro caráter material do atual paradigma de poder, tarefa que segundo os mesmos, teria sido realizada com êxito por dois outros intelectuais, Gilles Deleuze e Felix Guatari. É nesse momento que, revestidos do objetivo de captar a dimensão material do atual sistema, Hardt e Negri desvirtuam por completo suas idéias do senso de realidade. A tentativa de aproximar a “Ordem

do Império” a uma perspectiva materialista resvala, necessariamente, na categoria-chave do marxismo para a compreensão do capitalismo, o trabalho, que segundo os autores é caracterizado na atual sociedade por seu caráter marcadamente imaterial. É a partir de então que a categoria “trabalho imaterial” passa ocupar papel central na teoria de Hardt e Negri, como o equivalente produtivo da sociedade do controle.

A idéia do “trabalho imaterial” tem sua origem na observação da reestruturação dos processos produtivos tradicionais em detrimento da organização pós-fordista ou toyotista da produção, responsável pela automatização das indústrias e pelo conseqüente declínio do número relativo de trabalhadores do “chão de fábrica” em detrimento do inchaço do setor de terciário. O setor de serviços é visto, neste sentido, como lócus do trabalho imaterial, aquele que supostamente não produz mercadorias. O trabalho passaria a ser majoritariamente um trabalho de caráter intelectual e seu conteúdo essencialmente informacional.

Embora “Império” conserve uma característica essencial da abordagem marxista – o fato de colocar a categoria trabalho como elemento central de análise – a forma como o trabalho é concebido em Hardt e Negri é alvo de profundas críticas advindas do próprio círculo dos marxistas, como as desferidas por autores como Sérgio Lessa (2003: 42) e Eleutério Prado (2003: 115). Este último nos adverte para o fato de que “Segundo *O Capital*, a condição para que o trabalho seja produtivo no capitalismo é que ele produza valores de uso que tenham mercado”. A afirmação de Eleutério Prado parece escancarar uma enorme deficiência teórica da obra de Hardt e Negri, a idéia de que o trabalho que resulta em produtos não materiais, leia-se serviços, é um trabalho não produtivo. Por isso, lembra-nos o autor, deve-se voltar à atenção para a mercadoria enquanto aspecto fundamental da produção capitalista. O que define a mercadoria como tal não é, jamais, sua forma física, mas característica de apresentar-se como um resultado do dispêndio de energia humana laborativa, para gerar, finalmente, algum valor de uso convertido em valor de troca. Conforme Marx (1982: 41): “A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz as necessidades humanas, provenham elas do estômago ou da fantasia” A teoria de relações internacionais contida em Hardt e Negri tem sua real

inconsistência no fato de conceber um mundo onde o trabalho deixou de ser produtivo, afirmação facilmente questionável, uma vez que o trabalho, no campo da teoria marxista é, preferencialmente, uma atividade produtiva, ainda que resulte em produto não material (trabalho imaterial).

A tentativa dos autores de “O Império” em conferir um caráter material a suas proposições mostra-se definitivamente incompatível com a realidade, uma vez que se origina de um caminho de pensamento no qual a base produtiva, a organização material da sociedade, é concebida como um mero reflexo das relações de poder difusas que, conforme os autores, caracterizariam a passagem da “sociedade disciplinar” para a “sociedade do controle”. Por isso, não é de se estranhar que surjam considerações distantes da realidade objetiva, como a idéia de que a subsunção formal do trabalho vem sendo gradativamente extinta, na medida em que o trabalho passa a ser feito em computadores pessoais que eliminam a propriedade capitalista dos meios de produção. Nesse sentido, nos aponta Sérgio Lessa (2003: 37), os autores adotam “um subjetivismo que (coloca) a política como a essência de todas as relações de dominação e exploração. Com essa operação cancela-se o fundamento ontológico-material da política e o poder deixa de ter nas relações de produção sua base fundante”.

O aspecto de transcendência da realidade, que sempre acompanha as análises marxistas, é, por conseqüência do emaranhado de pressupostos acima discutidos, um dos aspectos mais problemáticos da Obra de Hardt e Negri. A ordem mundial representada pelo Império é vista como global e inscrita no tecido social, porém em constante ameaça pelas sucessivas “invasões bárbaras”. Neste momento, destacam os autores, devido à desterritorialização da produção, perde-se o lugar das lutas de classes (este entendido exclusivamente como o espaço da fábrica) e torna-se quase impossível identificar os “inimigos” (antigamente, a burguesia industrial). Por isso, a possibilidade de uma revolução, capaz de alterar radicalmente a ordem social e mundial é substituída por outra manifestação antagônica (embora não conflituosa) de oposição ao *status quo*. Uma vez que o poder se encontra difundido pela totalidade do corpo social e se exerce não só pelo controle dos meios de produção, mas sim pela capacidade de influenciar corpos e mentes, a resistência ao Império parte daquilo que os autores chamam de “deserção”, ou seja, a recusa em aceitar os valores do império de forma a

criar uma subjetividade divergente em relação ao ordenamento imperial. É nesse sentido que os autores apontam para a formação de um novo projeto, originado sem confrontação direta com o império, mas em sua “casca”, representado pela conformação de contra-racionalidades ou subjetividades não coerentes com os anseios imperiais. Pode-se dizer que para os autores, a passagem para o comunismo, ou pelo menos para a “subjetividade comunista” já está em curso, e se dá de forma paralela ao império, sem com ele, entretanto, entrar em conflito. Um dos exemplos mais marcantes (e no mínimo surpreendentes) desta suposição é a idéia de que a resistência ao império (à ordem global imperial) dá-se na insubordinação do corpo, como no caso das pessoas que aplicam “piercings” ou no caso dos homens que se vestem como mulheres e ingressam no movimento (!! *Drag Queen*). (Hardt & Negri, 2001: 235)

Uma outra série de críticas muito pertinentes às concepções apresentadas em “O Império” aparece em Atílio Borón (2002: 73) no qual o autor desmonta a suposição de que o Imperialismo tivesse realmente sido ultrapassado pela ordem do império. Borón ressalta as funções cruciais ainda hoje exercidas pelo Estado na consolidação da acumulação do Capital, embora não descarte a idéia de que o Estado tenha sofrido importantes modificações nos últimos anos. Também nos chama a atenção para o fato da teoria de Hardt e Negri desconsiderar a base nacional das grandes corporações transnacionais. Ele nos lembra (Borón, 2002: 30) que “96% das duzentas maiores corporações transnacionais tem sua sede em apenas oito países”, fato amplamente negligenciado pelos autores. A despeito das sucessivas críticas desferidas por Borón à obra de Hardt e Negri, o autor ressalta a importância da obra, não pela consistência das teorias expostas na obra em si, mas pelo fato de ter suscitado um vigoroso debate no âmbito da academia acerca da temática da ordem mundial e do papel dos Estados na manutenção e consolidação do capitalismo. O que fica, no entanto, em termos teóricos, é a pretensão bastante frustrada de “modernizar” o marxismo, sem ater-se ao rigor de seus métodos, o resultado é uma teoria, intencionalmente ou não, conservadora, na medida que concebe o processo de transformação do mundo como um processo pacífico e espontâneo, resultante principalmente da adoção de subjetividades individuais divergentes.

## O IMPÉRIO EM BASES MATERIAIS

Embora o artigo de Robert Cox “Social Forces, States and World Orders: Beyond the International Relations Theory” (1986) tenha sido publicado quase vinte anos antes do livro de Hardt e Negri, constitui-se ainda hoje um importante aporte para discutir a teoria de Relações Internacionais a partir da perspectiva marxista. Neste artigo, Cox também apresenta uma concepção de Império, bastante diferente da encontrada em “*O Império*”, uma vez que este aparece como uma etapa de aprofundamento do Imperialismo, ao invés de uma ruptura, como a proposta pelos autores do livro analisado anteriormente. Por isso mesmo será possível estabelecer, a despeito da notável diferença cronológica entre as duas obras, uma aproximação entre as duas teorias de Império e explicitar suas principais semelhanças e pontos de discórdia.

O artigo de Cox é uma proposta explicitamente orientada ao diálogo com os teóricos da chamada “corrente neo-realista”<sup>2</sup>, em especial a Kenneth Waltz, não estando, desta forma, unicamente debruçada sobre a definição e descrição do Império. Tal fato, entretanto, não impede que se extraia dos escritos do autor uma concepção deveras sólida do que seria o Império, e a forma como essa ordem internacional dialoga com os Estados, com as forças sociais internas e com a produção. O grande mérito de Robert Cox é elaborar uma teoria de Império amplamente assentada no materialismo histórico, capaz de evidenciar a interdependência entre a Ordem Global, a disposição das forças sociais e entre o Estado, que, ao contrário do que supõe Hardt e Negri, torna-se cada vez mais proeminente (embora altere significativamente parte de suas funções).

Um dos motivos pelo qual podemos seguramente contrastar a teoria de Cox com o pensamento de Hardt e Negri é a diferença radical de compreensão acerca do papel desempenhado pelo Estado nas respectivas teorias. Enquanto Hardt e Negri retiram a condição de centralidade desempenhada pelos Estados de sua concepção de Império, a proposta de Cox preocupa-se em reafirmar o papel do Estado na teoria social crítica e nas relações internacionais sem, entretanto, supervalorizá-lo ao ponto deste

---

<sup>2</sup> Entende-se por corrente Neorealista aquela composta fundada por pensadores ingleses que retomam o realismo clássico de Maquiavel e compreendem as relações internacionais como resultado de um conjunto de Estados que orientam suas ações de forma pragmática e racional

aparecer como uma entidade autônoma, quase descolada da sociedade. Para tanto, resgata a teoria de Gramsci quando este afirma a importância em se ressaltar as relações entre Estado e Sociedade Civil. Os teóricos da chamada corrente Neorealista têm, nesse sentido, exaltado o Estado como entidade una a interagir na Ordem Mundial. Decorre dessa análise um dos grandes méritos da obra de Cox, mostrar a relevância do papel desempenhado pelos Estados na atual configuração do mundo sem sobrevalorizá-los ou autonomizá-los em relação às forças sociais. Nesse sentido, o autor coloca como tarefa fundamental na elaboração de uma teoria crítica “*medir os níveis de interação entre o Estado e a sociedade civil*” e ressalta a notável capacidade do marxismo em “*ampliar a dimensão social do Estado*” (COX, 1986: 205). A preocupação aqui evidente é justamente conter os excessos cometidos por uma teoria de Relações Internacionais excessivamente “Estadocêntrica”, identificada, no caso, com o Neorealismo. Essa linha de argumentação permite, ao mesmo tempo, contestar as proposições de Hardt e Negri acerca da decadência do Estado enquanto entidade fundamental do complexo das relações internacionais.

A crítica movida por Cox em direção ao campo do Neorealismo vai ainda além da excessiva relevância delegada pelos autores desta escola aos Estados, e atinge diretamente a forma como os Neorealistas concebem o Estado, uma entidade descolada da sociedade civil, com objetivos próprios, capaz de agir em torno de uma premissa racional, definida em termos de defesa dos “interesses nacionais”. Os pressupostos acerca da teoria neorealista constituem-se os pontos nevrálgicos do ataque desferido por Cox: É notável a influência do pensamento “jus Naturalista” na composição da supracitada teoria, a partir do qual se constitui a idéia da existência de uma “Razão de Estado” capaz de nortear a ação dos Estados. É nesse momento em que Cox lança mão do materialismo histórico para demonstrar a fraqueza das concepções Neorealistas, cujos pressupostos encontram-se profundamente assentados em noções naturalizantes que nada mais seriam de que uma contrapartida estatal para a chamada natureza humana. O materialismo histórico é, segundo Cox, “*a fonte da teoria crítica*” (Idem: 209), na medida em que percebe o mundo como uma construção social, e que os conceitos para compreender esse mundo são, por extensão, conceitos historicamente construídos e maleáveis à ação do tempo.

Ainda na tentativa de fornecer subsídios necessários para a conformação de uma concepção de “Império”, Cox exalta a força da teoria histórico-materialista, que, conforme suas observações, é responsável por fornecer quatro grandes contribuições capazes de ajustar as deficiências encontradas na teoria Neorealista. Em primeiro lugar, aponta o autor, deve-se considerar o caminho lógico traçado a partir da dialética, método que prima pela exploração das contradições e pela contínua confrontação entre conceitos e realidade. Repousa nessa primeira contribuição a idéia de que todos os conceitos são historicamente construídos e que devem ser pensados em seu caráter constantemente mutável. Uma segunda contribuição aparece com a teoria do Imperialismo, trata-se da constatação de que o sistema mundial de Estados repousa em uma profunda assimetria de poder, sendo deficitária toda e qualquer análise que tome os Estados apenas por seu status jurídico, ou seja, como entidades igualmente dotadas de poder. A terceira contribuição encontrada na proposta de Cox faz referência às já comentadas relações entre Estados e suas respectivas sociedades civis como elemento fundamental na elaboração da teoria crítica. Aqui, deve-se considerar a interação entre o Estado e a base material sobre a qual repousa a sociedade. Isso não significa, entretanto, reduzir o Estado a um simples produto da base material, uma determinação rígida, mas sim considerá-lo como uma entidade em constante interação com as relações econômicas vigentes. A Quarta e derradeira contribuição aqui destacada é o foco dado pela teoria marxista ao processo de produção de mercadorias, este entendido como fonte fundamental, embora não único, de todo o poder. Desta forma, o autor procura ressaltar a importância em se considerar as relações profundamente imbricadas entre os Estados nacionais, Poder e Relações Internacionais.

É a partir das considerações feitas anteriormente que Cox, munido dos pressupostos teóricos do materialismo histórico, se lança na tarefa de elaborar um método de análise das relações internacionais baseado na concepção de que a Ordem mundial é regida por um aprofundamento das relações imperialistas, não mais restritas apenas aos agentes estatais. O método desenvolvido por Cox, o das chamadas “Estruturas Históricas”, consiste em tomar uma determinada condição espaço-temporal como um quadro de referência para a elaboração de análises. Segundo o mesmo, uma estrutura histórica é “...*uma imagem de uma configuração particular de forças*” (Cox, 1986: 217).

Essa configuração particular, na concepção do autor, apresenta-se mediante três grandes categorias de força, a saber: as capacidades materiais, dadas em termos de capacidade de produção de riqueza e potencial bélico; as idéias ou representações coletivas da ordem social vigente; e finalmente as instituições, produto da consolidação de uma determinada ordem e derivadas do “consenso” no sentido gramsciano. Cox frisa a importância em se considerar a reciprocidade nas interações dessas categorias, sem jamais aceitar qualquer tipo de determinismo de uma sobre outra.

O método das “Estruturas Históricas” anteriormente exposto deve servir para a análise em três níveis fundamentais e distintos, as forças sociais, as formas de Estado e a Ordem Mundial. Na teoria de Cox é impossível dissociar essas três escalas analíticas, complementares e mutuamente explicativas. Por isso, é possível afirmar que sua proposta repousa em uma sólida base materialista, na medida em que compreende a ordem mundial como um aspecto inseparável das condições sociais internas e das relações entre Estado e sociedade civil. Nesse sentido, o Estado aparece como um mediador entre as forças sociais internas e a ordem externa, sendo, por isso mesmo, componente fundamental de qualquer análise que vise uma compreensão crítica da realidade. O autor, diferentemente do que propõe Hardt e Negri, ressalta o papel fundamental desempenhado pelo Estado na ordem mundial sem, entretanto, negar as profundas modificações sofridas pelos mesmos no mundo contemporâneo.

Quando se debruça sobre a questão do Imperialismo, Cox observa uma significativa mudança da situação descrita por Lênin e Rosa Luxemburgo em relação à ordem atual. Nos dias de hoje, os Estados coloniais, antigamente subordinados às potências Imperialistas, ganham status de “independentes” do ponto de vista administrativo, mas não conseguem a mesma independência em relação ao comércio e à produção capitalista, elementos aos quais os países subordinados se tornam crescentemente integrados. É nestes termos que o autor busca a caracterização de James Petras (Cox, 1986: 231) a respeito da Ordem Mundial vigente, um “Sistema Imperial de Estados” ou simplesmente Império, composto por Estados de diferentes capacidades e funções complementares. O Império seria nesse sentido, mais do que um Estado, mas uma estrutura compromissada com a expansão e proteção do capital além das fronteiras dos Estados. Cox argumenta que o “Império” é, ao mesmo

tempo, maior e menor que os Estados, uma vez que é composto não pelos Estados em sua totalidade, mas por seus setores compromissados com o aprofundamento da ordem capitalista. Da mesma forma, conta com elementos maiores que o próprio Estado, como é o caso das organizações supranacionais como o FMI e o Banco Mundial.

A concepção de Império apresentada por Cox pode, num primeiro momento, parecer semelhante à proposta apresentada por Hardt e Negri. Uma leitura cuidadosa, entretanto, revela profundas diferenças entre as duas propostas, provavelmente resultantes do êxito de Cox em aplicar o materialismo histórico de forma coerente e consistente no tratamento da questão. Em Hardt e Negri, O Império aparece como uma estrutura transcendente e desterritorializada, responsável por ofuscar os Estados, os organismos supranacionais e as empresas transnacionais enquanto agentes do processo de expansão e salvaguarda do capital. Ou seja, o Império elimina qualquer protagonismo na ordem capitalista e, conseqüentemente, qualquer forma de transformação que passe pela luta contra algum “responsável” direto pela ordem social. Já na proposta de Cox, essa mesma estrutura, grande como o mundo, é um resultado da racionalidade de setores da burocracia dos países imperialistas e da atuação das organizações supranacionais, em consonância com os interesses das grandes empresas transnacionais. Há um claro protagonismo na noção Imperial de Cox, deveras diferente da proposta dos dois autores. É este contraste que permite afirmar a idéia de que o Império deve ser o ponto de partida dos questionamentos e os Estados, por sua vez, tornam-se categorias necessárias, embora não suficientes, para a compreensão da Ordem mundial. Na proposta de Cox, Estados e Empresas são elementos importantes, mas não suficientes para entender o sistema imperial, sendo necessário tomar o Império como referência principal, e manter clara a idéia de que este é maior que a simples soma de suas partes. São diferenças que, embora aparentemente tênues, resultam em concepções bastante distintas acerca do sentido do Império, de sua razão de ser e, principalmente, das perspectivas de sua superação.

Um dos fundamentos principais para se compreender o pensamento de Cox acerca da teoria do Império, é o entendimento da forma como o conceito de “hegemonia” é apresentado na obra do marxista Antonio Gramsci.

A Hegemonia, segundo Gramsci, repousa na figura simbólica do centauro, e define-se como uma ordem hierárquica decorrente de uma “combinação necessária de consenso e coerção” (Cox, 1986: 245), de forma que os valores dos grupos dirigentes, ou da ordem dominante são aceitos de forma preferencialmente incontestada e a coerção é utilizada apenas nos casos excepcionais, quando ocorrem desvios significativos de conduta. Assim, a ordem imperial concebida por Cox caminha no sentido de uma hegemonia em escala global, assentada sobre valores consensualmente aceitos, e o uso da força fica delegado apenas às raras situações de insubordinação por parte de algum grupo ou Estado. É o que Cox denomina teoria da estabilidade hegemônica.

As bases para o estabelecimento de uma hegemonia do sistema imperial sobre o planeta assentam-se, na visão de Cox, em dois principais pilares, a saber, o processo de internacionalização do Estado e a simultânea internacionalização da produção. Por internacionalização do Estado entende-se o processo através do qual as economias nacionais encontram-se crescentemente integradas à economia mundial, e mesmo as economias “periféricas” passam a desempenhar papel fundamental na estabilidade do sistema como um todo. Pode-se falar de uma crescente imbricação entre “redes de política internacional, as agências-chave do governo e os grandes negócios” (Idem: 232). O processo de internacionalização coloca novamente em relevo a figura do Estado como um importante agente do processo de mundialização da economia capaz de atuar de forma decisiva na abertura e modernização das economias não só dos países ricos, mas principalmente dos países pobres submetidos às diretrizes impostas pelos organismos supranacionais, responsáveis por conduzir um processo de inserção forçosa desses países na globalização financeira. Desta forma, os Estados periféricos empreendem um planejamento amplamente compromissado com as necessidades do Império em termos de expansão da atividade produtiva e de organização da força de trabalho. Parece aqui razoável observar fenômeno já descrito por Gramsci quando lembra que a entidade estatal aparece como “um instrumento de racionalização, de aceleração e de taylorização” (Gramsci, 2002: 28) de forma a tornar-se o fundamento para a concretização do segundo pilar constitutivo da hegemonia imperial, a internacionalização da produção.

A internacionalização do capital é um aspecto revelador da sensibilidade teórica do marxismo desenvolvido por Robert Cox para compreender a hegemonia estabelecida pelo sistema imperial. Deve-se observar a grande relevância dada ao aspecto produtivo na conformação da ordem mundial, sem que, entretanto, o autor incorra no erro de uma determinação mecânica ou determinista. De forma distinta da proposta de Hardt e Negri, na qual o Império assenta-se fundamentalmente no controle exercido sobre corpos e mentes, e a produção material surge apenas como um mero aspecto acessório, o Império em Cox é amplamente fundamentado no processo de expansão da produção internacional, ou, em termos mais precisos, no aprofundamento da divisão do trabalho em escala transnacional. A internacionalização da produção, segundo o autor gera uma realidade ainda mais profunda do que aquela originada no âmbito do imperialismo clássico e vai muito além do simples esquema de empréstimo e endividamento entre os países, de forma a tornar-se “uma rede de controle e planejamento privado para a economia mundial” (Cox, 1986: 234).

### **PEQUENAS SEMELHANÇAS, PROFUNDAS DIFERENÇAS**

As obras estudadas acima trazem à tona uma importante e indispensável discussão acerca do tema do Imperialismo e principalmente, do papel desempenhado pelos Estados-nacionais na configuração da Ordem mundial. Em ambas, a noção de Império aparece como um conceito chave na caracterização do sistema internacional. Embora a preocupação em definir e caracterizar o Império seja comum a ambos autores, e sua teorização em torno do significado da ordem imperial apresente notáveis similaridades, suas concepções, quando analisadas em profundidade, divergem de forma deveras acentuada.

Um aspecto de notável similitude apresentado entre as duas propostas estudadas refere-se às mudanças sofridas no sistema clássico do Imperialismo, tal qual descrito em suas origens, nos clássicos do marxismo, e necessariamente no papel desempenhado pelo Estado nos processos de acumulação além-fronteiras. Na obra de Hardt e Negri o Imperialismo é visto como página virada, na medida em que suas formulações originais colocam os Estados (em conluio com o grande capital) no centro do processo de acumulação e

dominação. Este imperialismo, na concepção dos dois autores, teria sido completamente ultrapassado pela atual constituição do “Império” uma estrutura para além dos Estados e das grandes corporações, passível de ser compreendida pela peculiaridade das relações de poder que estabelece (como repetem inúmeras vezes os autores, “fragmentadas por todo o tecido social”). Nesse sentido, toda e qualquer possibilidade de análise, e até de transformação, que passe pela figura do estado recai em um conservadorismo pouco frutífero do ponto de vista da transcendência para uma nova ordem posterior ao Império. Daí o ponto nevrálgico da discórdia das concepções de império apresentadas por Hardt/Negri e relação à proposta de Cox.

A obra de Cox, por sua vez, também partilha da idéia de que o mecanismo do imperialismo foi radicalmente transformado. Não no sentido de sua superação, mas no sentido de seu aprofundamento, com o aumento a ação efetiva do grande capital e dos Estados Imperialistas sobre a ordem mundial. Também se aproxima de Hardt e Negri ao conceber o Império como uma estrutura totalitária e principalmente maior do que a simples soma de suas partes (Estados, empresas e organizações transnacionais). A diferença fundamental repousa no fato de que, esta constatação, para a dupla Hardt e Negri, subjugou o Estado enquanto categoria de análise, em favor da compreensão da estrutura em si, de forma a apresentar uma leitura fetichizada da Ordem contemporânea, responsável por conceber o Império como uma estrutura absolutamente desterritorializada (quase fantasmagórica), descolada dos interesses materiais que a ela deram origem. Essa mesma premissa acerca da vastidão do Império permitiu a Cox o caminho inverso: observar de que forma a compreensão dos Estados e de sua relação com sua respectiva sociedade civil, somada à organização da produção, compõe-se como elementos cruciais no entendimento do sistema imperial.

Não é estranho, neste sentido, observar a enorme discrepância resultante da comparação entre as concepções transcendentais inscritas nessas duas obras (deve se lembrar que a perspectiva da superação é um elemento fundamentalmente presente nas análises orientadas em torno do marxismo). Em Hardt e Negri o império, na mesma medida em que abarca a totalidade das relações humanas, traz em seu próprio âmago, as sementes da

transformação, transformação essa que não se originaria num levante maciço e violento contra o próprio capitalismo e sim na constituição de subjetividades contrárias ao movimento homogeneizador do capital, com a conformação de alternativas na própria “casca” do Império, capazes de inaugurar um modo de vida comunista. Essa concepção, amplamente enraizada no papel dos indivíduos e suas subjetividades, demonstra o profundo nível de descolamento do pensamento de Hardt e Negri em relação aos pressupostos materialistas, e apresenta a passagem para um novo meio de produção como mero efeito da emergência de novas subjetividades. Seria excessivo dizer que estas subjetividades não desempenham papel algum na transformação do mundo. No entanto, tomá-las como elemento central de mudança do modo de produção, sem que sejam alteradas as bases materiais do Capitalismo (como, por exemplo, a propriedade privada dos meios de produção), parece, a nosso ver, uma postura recheada de otimismo, mas em fraca correspondência com a realidade e capaz, inclusive, de produzir uma teoria conformista e até espontaneísta (no sentido empregado por Lênin) de mundo, segundo a qual a ordem pós-capitalista viria a se instalar por um movimento casual, quase natural.

Novamente, o materialismo consistente de Cox revela prognósticos mais amplos e possivelmente mais afinados com realidade. Sinteticamente, o autor fornece três grandes possibilidades para o encaminhamento da ordem hegemônica Imperial: um aprofundamento desta ordem, possibilidade apresentada como mais forte num curto prazo; a conformação de uma ordem não hegemônica firmada sobre a ascensão de novas coalizões entre potências e países emergentes; e, finalmente, a possibilidade de estabelecimento de uma situação de contra hegemonia, baseada numa coalizão terceiro-mundista, em oposição à preponderância dos países centrais. Corretas ou não, essas três possibilidades demonstram o caráter não determinista de uma abordagem feita em consonância com o rigor dos pressupostos fundamentais do marxismo, ao contrário das perspectivas de “O Império”, sedutoramente otimistas, mas profundamente desconectadas da realidade.

\*\*\*\*\*

**Abstract:** This present article is concerned about the discussion of the influence of Marxist thinking in the International Relations theory by the analysis of the concepts of “Empire” and “Imperialism” proposed in Michael Hardt and Antonio Negri’s construction, against Robert Cox’s construction. The “Imperialism” and “Empire” discussion will be responsible for bringing up all the controversial looks of the State’s role in the present order.

**Keywords:** World Orders, International Relations, Marxism, Imperialism, Empire

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BORÓN, A. *Império e Imperialismo*. Buenos Aires, CLACSO, 2002.
- COX, R. “Social Forces, States and World Orders” In: KEOHANE, R. *Neorealism, and its critics*. New York, Columbia University Press, 1986, p. 204-250.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. 2ª Edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.
- HARDT, M. & NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro, Record, 2001.
- LENIN, V. I. “Imperialismo, Fase superior do Capitalismo” In: LENIN, V. I. *Obras Escolhidas*, São Paulo, Alfa e Omega, 1979.
- LESSA, S. “A Materialidade do Trabalho e o Trabalho Imaterial” In: *Revista Outubro*, São Paulo, vol.8, 2003.
- MARX, K. “Deslocamento do Centro de Gravidade Mundial”, disponível em 20/7/2005 no site [www.marxists.org](http://www.marxists.org)
- MARK, K. *O Capital*. Livro I vol. I, São Paulo, DIFEL, 8ª Edição, 1982.
- MARX, K. & ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Madrid, Ayuso, 1974.
- PRADO, E. “Pós-Grande Indústria: Trabalho Imaterial e Fetichismo – Uma crítica a A. Negri e M. Hardt” In: *Crítica Marxista*, Campinas, vol.17, 2003.